

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIREÇÃO GERAL

CONCURSO PÚBLICO para o cargo de
AGENTE ADMINISTRATIVO
CLASSE A – PADRÃO I



PRF



P

Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.

DE ACORDO COM O EDITAL, O
CANDIDATO QUE FIZER PROVA
DE **LETRA DIFERENTE** SERÁ
ELIMINADO.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE
DO ESCRITOR PAULO COELHO PARA EXAME GRAFOTÉCNICO.

"Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas e 30 minutos.

● ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESENTA) QUESTÕES
DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE
RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
CONHECIMENTOS BÁSICOS		
Língua Portuguesa	12	2
Ética e Conduta Pública	6	1
Raciocínio Lógico	6	1
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		
Noções de Direito Constitucional	6	1,5
Noções de Direito Administrativo	6	1,5
Noções de Administração	6	1,5
Noções de Arquivologia	6	1,5
Noções de Informática	6	1,5
Legislação Relativa à PRF	6	1,5

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO
CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS
PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Texto 1

A era do automóvel

E, subitamente, é a era do Automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os descombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações. [...]

[...] Ruas arrasaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis. Agora, nós vivemos positivamente nos momentos do automóvel, em que o *chauffeur* é rei, é soberano, é tirano.

Vivemos inteiramente presos ao Automóvel. O Automóvel ritmiza a vida vertiginosa, a ânsia das velocidades, o desvario de chegar ao fim, os nossos sentimentos de moral, de estética, de prazer, de economia, de amor.

[...] Passamos como um raio, de óculos enfumaçados por causa da poeira. Não vemos as árvores. São as árvores que olham para nós com inveja. Assim o Automóvel acabou com aquela modesta felicidade nossa de bater palmas aos trechos de floresta. [...] A natureza recolhe-se humilhada. Em compensação temos palácios, altos palácios nascidos do fumo de gasolina dos primeiros automóveis e a febre do grande devora-nos. Febre insopitável e benfazeja! Não se lhe pode resistir. [...]

João do Rio. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.) Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 57-60.

Vocabulário:

benfazejo: que é bem-vindo

catadupa: jorro, derramamento grande

desabrido: rude, violento

insopitável: incontrolável

Questão 01

Com relação ao fragmento da crônica de João do Rio, é correto afirmar que:

- A) esse novo artefato, mais do que injunções de natureza econômica, impõe uma reestruturação da forma de viver.
- B) há valorização do espaço público como *locus* privilegiado de vivências sociais, de estética e de prazer.
- C) nos centros urbanos, cresce o desejo de “ser moderno”, estimulado pelas novas aspirações, pela busca de elementos de *status* e distinção.
- D) o carro é um poderoso libelo a denunciar os parâmetros artificiais da rua a que o homem estava submetido anteriormente.
- E) a chegada do automóvel ilustra a trajetória da mobilidade e da motorização da sociedade.

Questão 02

À época em que a crônica foi escrita, o *flâneur* transitava pelas ruas e flanava.

“FLANAR, v. int. Passear ociosamente; vagabundear”. Charles Baudelaire desenvolveu um significado para *flâneur* de “uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la”. Portanto, flunar pela cidade significava transitar prestando atenção em detalhes, minúcias, que só um verdadeiro *flâneur* consegue perceber.

Uma passagem do texto que contraria esse conceito é:

- A) “Ruas arrasaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis.” (§ 2)
- B) “Passamos como um raio, de óculos enfumaçados por causa da poeira. Não vemos as árvores. São as árvores que olham para nós com inveja.” (§ 4)
- C) “O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os descombros da cidade velha, e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações.” (§ 1)
- D) “Agora, nós vivemos positivamente nos momentos do automóvel, em que o *chauffeur* é rei, é soberano, é tirano.” (§ 2)
- E) “Em compensação temos palácios, altos palácios nascidos do fumo de gasolina dos primeiros automóveis e a febre do grande devora-nos.” (§ 4)

Questão 03

O desenvolvimento do tema da narrativa é atravessado pela experiência tanto coletiva quanto particular do autor. Essa característica, no texto de João do Rio, é irrefutável em:

- A) “Febre insopitável e benfazeja! Não se lhe pode resistir.” (§ 4)
- B) “Ruas arrasaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis.” (§ 2)
- C) “A natureza recolhe-se humilhada.” (§ 4)
- D) “e como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações.” (§ 1)
- E) “Assim o Automóvel acabou com aquela modesta felicidade nossa de bater palmas aos trechos de floresta.” (§ 4)

Falta de educação e velocidade

Os anjos da morte estão cansados de nos recolher, a nós que nos matamos ou somos assassinados no tráfego das estradas, cidades, esquinas deste país. Os anjos da morte estão exaustos de pegar restos de vidas botadas fora. [...] Os anjos da morte suspiram por todo esse desperdício.

[...]

Outro dia observei na televisão um motorista, apanhado a quase 200 por hora, sendo entrevistado ainda dentro do carro. Fiquei impressionada com seu sorriso idiota, o arzinho arrogante, o jeito desafiador com que encarou a câmera num silêncio ofendido, quando perguntado sobre as razões da sua insanidade. Todo o seu ar era de quem estava coberto de razão: a lei e a segurança dos outros e a dele próprio nada valiam diante da sua onipotência.

Atenção: os jovens são – em geral, mas não sempre – mais arrojadados, mais imprudentes, têm menos experiência na direção. Portanto, são mais inclinados a acidentes, bobos ou fatais, em que a gente mata e morre. Mas há um número impressionante de adultos – mais homens do que mulheres, diga-se de passagem, porque talvez sejam biologicamente mais agressivos – cometendo loucuras ao dirigir, avançando o sinal, quase empurrando o veículo da frente com seu para-choque, não cedendo passagem, ultrapassando em locais absurdos sem a menor segurança, bebendo antes de dirigir, enfim, usando o carro como um punhal hostil ou um falo frustrado.

[...]

Precisamos em quase tudo de autoridade e respeito, para que haja uma reforma generalizada, passando da desordem e do caos a algum tipo de segurança e bem-estar. Os motoristas americanos e europeus impressionam pela educação. Não por serem bonzinhos ou melhores do que nós, mas porque temem a lei, a punição, a cassação da carteira, a prisão, por coisas que aqui entre nós são consideradas apenas “normais”, meros detalhes, “todo mundo faz assim”.

Autoridade justa, mas muito rigorosa, é o que talvez nos deixe mais lúcidos e mais bem-educados: em casa, na escola, na rua, na estrada, no bar, no clube, dentro do nosso carro. E os fatigados anjos da morte poderão, se não entrar em férias, ao menos relaxar um pouco.

(Lya Luft. Revista Veja, nº 2048, 20/02/2008.)

Questão 04

Uma nova pontuação de trechos, retirados dos textos 1 e 2, foi feita de forma correta e sem alterar o sentido em:

- A) Outro dia, observei, na televisão, um motorista, apanhado a quase 200 por hora, sendo entrevistado ainda dentro do carro. (texto 2 – § 2)
- B) Passamos como um raio de óculos, enfumaçados por causa da poeira. (texto 1 – § 4)
- C) Ruas, arrasaram-se avenidas, surgiram os impostos aduaneiros, caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis. (texto 1 – § 2)
- D) E os fatigados anjos, da morte poderão, se não entrar em férias, ao menos relaxar um pouco. (texto 2 – § 5)
- E) Não, se lhe pode resistir. (texto 1 – § 4)

Questão 05

Em uma das alternativas a seguir, o termo destacado do texto 2 funciona como objeto direto da oração a qual pertence. Assinale-o.

- A) “cansados” (§ 1)
- B) “por todo esse desperdício” (§ 1)
- C) “restos de vidas” (§ 1)
- D) “de autoridade e respeito” (§ 4)
- E) “Todo o seu ar” (§ 2)

Questão 06

Que efeito de sentido a repetição do sujeito “Os anjos da morte” cria no primeiro parágrafo?

- A) Promove a ideia de que, diante da dor cotidiana, para que se promova a vida, os motoristas devem ser punidos.
- B) Amplia a expectativa sobre a ideia a ser desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, provoca repetição desnecessária.
- C) Pretende indicar a relação de dependência sintática e semântica entre os elementos da oração, além de reforçar a ideia do trágico e da dor.
- D) Estabelece relação de bem-estar social que esses anjos causam para as pessoas que necessitam de ajuda em momentos de acidente.
- E) Reitera a imagem negativa da morte provocada pela irresponsabilidade no trânsito e dá ideia de uma ação interminavelmente trágica.

Questão 07

O termo destacado está corretamente analisado em:

- A) “Os motoristas americanos e europeus impressionam PELA EDUCAÇÃO.” / complemento nominal.
- B) “E os fatigados anjos DA MORTE poderão, se não entrar em férias, ao menos relaxar um pouco.” / adjunto adnominal.
- C) “Os anjos da morte suspiram POR TODO ESSE DESPERDÍCIO.” / agente da passiva.
- D) “Os anjos da morte estão cansados DE NOS RECOLHER” / objeto indireto.
- E) “Mas há um número impressionante DE ADULTOS” / objeto direto preposicionado.

Questão 08

Palavras, sintagmas, orações associam-se, no discurso, em virtude de variadas relações semânticas, umas vezes intuídas pelo locutor/receptor graças a fatores extralinguísticos, outras explicitadas por uma numerosa gama de elementos de ligação.

À luz dessa diversidade de possibilidades, assinale a alternativa correta.

- A) No título do texto 2, "DE EDUCAÇÃO E VELOCIDADE" funcionam como complemento do substantivo a que se relacionam.
- B) Em "A natureza recolhe-se humilhada.", o SE é índice de indeterminação do sujeito. (texto 1 – § 4)
- C) No trecho: "Não por serem bonzinhos ou melhores do que nós, mas porque temem a lei, a punição, a cassação da carteira, a prisão, por coisas que aqui entre nós são consideradas apenas 'normais'", tanto o primeiro quanto o segundo QUE são pronomes relativos. (texto 2 – § 4)
- D) Em "mas porque temem a lei" (§ 4) e em "mas muito rigorosa" (§ 5), o conectivo MAS pode ser substituído, sem prejuízo do sentido do enunciado por "senão". (texto 2)
- E) No trecho: "Os anjos da morte suspiram por todo esse desperdício.", a palavra ESSE é um pronome substantivo. (texto 2 – § 1)

Questão 09

Observe as frases:

- I. "todo mundo faz assim".
- II. "Todo o mundo faz assim".

Sobre elas, pode-se afirmar que:

- A) se for necessário o artigo, o uso deve ser: "todo o mundo" particularizando as pessoas e "todo mundo" as generalizando.
- B) "todo o mundo" é mais frequentemente usada para expressar a ideia de inteireza, ou seja, para significar o mundo inteiro e "todo mundo" significa todas as pessoas.
- C) ambas as formas, "todo o mundo" e "todo mundo", têm o significado de qualquer.
- D) o pronome indefinido todo exige o uso diferenciado: "todo o mundo" refere-se a todas as pessoas e "todo mundo" significa o mundo inteiro.
- E) exige-se o uso do artigo apenas em "todo o mundo", pois refere-se às pessoas todas (tomadas definidamente).

Texto 3

O jovem policial

Eu estava botando gasolina no tanque do meu carro e do meu lado estavam dois carros da Brigada Militar. Dois policiais falavam com alguém do posto. Um terceiro, bem junto da minha janela, de costas para mim, portava uma arma grande, que na minha ignorância acho que poderia ser um fuzil ou uma metralhadora. Estava ali, sozinho, e comecei a observá-lo sem que me notasse. Tenso, alerta, consciente de sua missão, olhava para os lados empunhando a sua arma com o cano voltado para baixo. Seu rosto era jovem, tão jovem que me comovi. Podia ser meu filho. Mais: podia ser meu neto. Estava tão concentrado no seu dever, tão alerta na sua posição, que fiquei imaginando se, ou quando, ele poderia levar um tiro de algum bandido. Poderia ficar lesado gravemente. Poderia morrer. Por mim, por você, por um de nós, em qualquer parte do Brasil, não importa que nome se dê a sua corporação, nem se é da guarda estadual, municipal ou federal. Esses jovens se expõem por nós. Morrem por nós. Tentam, num país tão confuso, proteger o cidadão. A gente realmente pensa nisso? Uma vez ao dia, uma vez por semana, uma vez ao mês? [...]

(Lya Luft. *Revista Veja*, nº 2044, 23/01/2008. Fragmento.)

Questão 10

Sobre a oração destacada em "Seu rosto era jovem, tão jovem QUE ME COMOVI.", é correto afirmar que:

- A) modaliza o conteúdo da oração principal.
- B) é introduzida por um "que", o qual exerce duplo papel: além de substituir um sintagma nominal, converte a oração em adjetivo.
- C) desempenha função própria do advérbio e assinala o efeito lógico ou natural da oração principal.
- D) desempenha a mesma função sintática de TÃO JOVEM.
- E) exerce a mesma função que o sintagma nominal é capaz de exercer, por isso é subordinada substantiva.

Questão 11

Ao perguntar "A gente realmente pensa nISSO?", a autora, por meio da forma pronominal destacada, refere-se:

- A) a dois policiais que falavam com alguém do posto
- B) à tensão consciente, provocada pela missão dos jovens policiais.
- C) ao fato de que os jovens policiais morrem por nós e tentam proteger o cidadão.
- D) ao fato de um terceiro policial que estava bem junto da janela, de costas, portar uma arma grande.
- E) à ideia de que aquele jovem poderia ser seu neto.

Questão 12

Tendo em vista o enunciado "Estava tão concentrado no seu dever, tão alerta na sua posição, que fiquei imaginando se, ou quando, ele poderia levar um tiro de algum bandido.", analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a frase fosse passada para o plural, a concordância da palavra ALERTA deveria ser feita, também, no plural.
- II. A palavra CONCENTRADO está no masculino, pois concorda com ELE (elíptico na oração a que pertence).
- III. A palavra QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

Está(ão) correta(s) somente a(s) afirmativa(s):

- A) II e III
- B) I e III
- C) III
- D) I e II
- E) I

ÉTICA E CONDUTA PÚBLICA

Questão 13

Os conceitos de ética e moral, embora próximos, não são idênticos. Uma das distinções possíveis entre tais concepções está fundada na constatação de que:

- A) a ética é o estudo geral do que é bom ou mau, sendo seu objetivo maior o estabelecimento de regras. A moral, ao contrário, não se vincula a costumes e hábitos porque não guarda correlação com aspectos prescritivos ou impositivos.
- B) a moral incorpora as regras adquiridas para a vida em sociedade, enquanto a ética reflete sobre as regras morais vigentes sem, contudo, contestar a conveniência ou a exigibilidade de tais normas.
- C) a moral é um conjunto de normas apreendidas no processo de socialização e que regula a conduta dos indivíduos em sua convivência. A ética é uma ponderação teórica sobre a moral cujo objetivo é discutir e fundamentar reflexivamente as normas morais.
- D) quando um determinado sujeito reflete sobre uma norma moral e a considera equivocada ou ultrapassada, faz exercício de sua consciência moral, inexistindo na hipótese qualquer consideração que se possa vincular ao conceito de ética.
- E) a ética se caracteriza como conjunto de costumes e hábitos de um grupo social, atuando sobre o comportamento do indivíduo que interage socialmente. A moral é um conjunto de valores sociais universais que não se materializam em padrões de conduta.

Questão 14

O servidor público do Poder Executivo Federal deve guardar conduta condizente com o cargo e os princípios ressaltados pelo Código de Ética Profissional (Decreto nº 1.171/1994). Pautado pela razoabilidade, o servidor deve orientar-se analisando a adequação e a necessidade de sua conduta, de modo que:

- A) as prerrogativas funcionais são conferidas ao servidor público de modo a proteger sua individualidade. Em razão disso, o exercício das prerrogativas pode ser evocado em favor dos legítimos interesses do servidor.
- B) o critério do respeito à legalidade prevalece em relação à finalidade do ato praticado. Assim, sendo legalmente proibido abandonar o serviço ou ausentar-se do posto sem autorização do superior imediato, não será dado ao servidor ausentar-se dele para socorrer vítima de acidente grave sem prévia autorização, sob pena de censura.
- C) é dever do servidor comunicar aos superiores fato contrário ao interesse público. A comunicação, porém, não o exime de responsabilidade, haja vista que é dado ao servidor exigir providências de quem, hierarquicamente, possui posição superior.
- D) sendo pessoal a responsabilidade de cada servidor, a denúncia de condutas ilícitas incumbe aos interessados. Quanto ao servidor, pode abster-se de apresentar provas que conheça sobre ilícitos praticados por seus superiores em razão do princípio da inocência.
- E) guardado o respeito ao princípio constitucional da privacidade, a embriaguez em ambientes privados, ainda que notória e habitual, é insuficiente para motivar censura, desde que o profissional não se apresente embriagado em seu ambiente de trabalho.

Questão 15

A ética, como instrumento de gestão pública, visa à implementação da racionalidade dos procedimentos sem ignorar que o ambiente público é marcado pelos limites administrativos e morais dos agentes públicos. Assim sendo, é correto afirmar que:

- A) eventual processo de apuração da prática de ato em desrespeito ao Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal poderá ser instaurado de ofício ou em razão de denúncia, devendo a identidade do denunciante ser divulgada em razão da vedação ao anonimato.
- B) a Comissão de Ética Pública (CEP) atua como instância consultiva do Presidente da República, sendo possível, contudo, a qualquer cidadão provocar diretamente sua atuação, visando à apuração de infração ética imputada a agente público ou órgão de ente estatal.
- C) a ética como instrumento da gestão pública está voltada à transformação do Estado e de suas estruturas, impondo a necessidade de desconsideração das relações pessoais dos agentes, gestores e administrados em favor do princípio da eficiência.
- D) o que se pretende com a gestão da ética na administração pública é a compatibilização e integração de normas e procedimentos. Em razão disso, a questão central é a promoção da mudança estrutural do Estado, independentemente da avaliação das condutas pessoais dos agentes públicos.
- E) a coordenação, avaliação e supervisão do sistema de gestão da ética pública do Poder Executivo Federal competem à Comissão de Ética Pública – CEP, que atuará padronizando rotinas de gerenciamento capazes de tornar irrelevantes ponderações da consciência individual dos agentes públicos no ambiente administrativo.

Questão 16

Sobre o exercício do poder disciplinar estatal e a imposição da correspondente responsabilidade ao servidor público da União, das autarquias e fundações públicas federais é correto afirmar que:

- A) a abertura de sindicância investigativa que se destine apenas à averiguação e não à punição do servidor investigado não interrompe o fluxo do prazo prescricional para sanção futura do servidor em razão do mesmo fato anteriormente averiguado.
- B) a ausência de elemento subjetivo ou a existência de elemento subjetivo diverso daquele suscitado pelo tipo transgressional não impedem a imposição de sanção disciplinar em razão da existência de hipóteses de responsabilidade disciplinar objetiva.
- C) concluída a etapa de produção de provas, a indicição já não requer exposição dos fatos e de provas existentes, bastando a adequada tipificação da infração disciplinar para a validade do termo de indicição.
- D) os servidores que tenham formado o conselho processante em sindicância investigativa que conclua pela culpabilidade do servidor devem ser designados para atuar no processo administrativo disciplinar instaurado posteriormente para puni-lo em razão do mesmo fato.
- E) a instauração de sindicância punitiva supre o respeito ao devido e prévio processo legal, viabilizando a aplicação de qualquer das penalidades elencadas na Lei nº 8.112/1990.

Questão 17

O servidor público está sujeito a um complexo sistema de responsabilização. A análise de tal sistema torna possível concluir que:

- A) a responsabilidade por improbidade administrativa exemplifica e comprova o modelo triplice de responsabilidade dos agentes públicos, limitado, em razão das garantias constitucionais, às esferas cível, penal e administrativa.
- B) no âmbito da responsabilidade civil, não se admite que o agente público seja diretamente acionado pela vítima em ação indenizatória se o dano foi causado durante o exercício da função pública.
- C) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, desde que a responsabilidade penal seja previamente apurada em processo que garanta contraditório e ampla defesa ao autor do ilícito.
- D) as sanções civis, administrativas e penais não são cumulativas. Havendo condenação criminal, a responsabilidade administrativa estará afastada em razão da sanção penal configurar punição mais severa.
- E) em razão da independência das esferas de responsabilidade, a sentença que absolva o agente público por reconhecer a inexistência do fato ou a negativa de sua autoria não impede o reconhecimento de responsabilidade civil ou administrativa.

Questão 18

O policial rodoviário federal que receba valor em dinheiro em troca do oferecimento de notícias sobre operações de fiscalização e facilitação da impunidade de pessoas que praticam o transporte ilegal de mercadorias poderá ser responsabilizado por improbidade administrativa e:

- A) a sentença que a decretar poderá determinar a perda dos valores acrescidos ilegalmente, a perda da função pública, multa civil e prisão.
- B) não podendo haver cumulação de sanções, a sentença condenatória deverá impor ao agente público multa civil ou decretar a perda da função pública.
- C) a ação judicial que vise sua responsabilização poderá ser proposta pelo Ministério Público ou por qualquer pessoa (natural ou jurídica) interessada.
- D) sua responsabilização caracterizará situação de improbidade imprópria, podendo a responsabilização patrimonial atingir até mesmo seus sucessores, no limite do valor da herança.
- E) poderá também ser responsabilizada por improbidade administrativa a pessoa natural ou jurídica que se beneficiou da conduta do policial.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 19**

João vai jogar o jogo das argolas. O jogo contém cinco argolas idênticas, que devem ser lançadas em um dos cinco pinos de madeira, conforme figura abaixo.



Considerando que João sempre acertará cada argola lançada em um dos pinos, determine de quantas formas distintas as argolas poderão ficar alocadas nos pinos após os cinco lançamentos feitos por João. Tome, por exemplo, todas em um único pino, ou três em um pino e duas em outro, ou, ainda, uma argola em cada pino e assim por diante.

- A) 55
- B) 84
- C) 126
- D) 114
- E) 120

Questão 20

No dia 12 de abril de 2014, Paula e Ana comemoraram seus aniversários. Nessa data, a idade que Paula tem equivale ao triplo da idade que Ana tinha no dia 12 de abril de 1994. Sabendo que a idade que Paula tinha no dia 12 de abril de 1994 equivale à idade que Ana tem no dia 12 de abril de 2014, calcule a soma das idades que Ana e Paula têm no dia 12 de abril de 2014.

- A) 60
- B) 40
- C) 100
- D) 20
- E) 80

Questão 21

Se André vai de ônibus, então Marcelo não vai de ônibus. Se Patrick não vai de carro, então Marcelo vai de ônibus. Nem Otávio foi de ônibus, nem Patrick foi de carro.

De acordo com o argumento determinado pelas premissas acima, assinale a alternativa correta.

- A) André não vai de ônibus; Marcelo vai de carro; Patrick não vai de carro; Otávio não vai de ônibus.
- B) André não vai de ônibus; Marcelo vai de ônibus; Patrick não vai de carro; Otávio não vai de ônibus.
- C) André não vai de ônibus; Marcelo vai de ônibus; Patrick vai de carro; Otávio vai de ônibus.
- D) André vai de ônibus; Marcelo não vai de ônibus; Patrick não vai de carro; Otávio não vai de ônibus.
- E) André vai de ônibus; Marcelo vai de carro; Patrick não vai de carro; Otávio não vai de ônibus.

Questão 22

Determine o número de linhas da tabela-verdade da proposição: "Se trabalho e estudo matemática, então canso, mas não desisto ou não estudo matemática".

- A) 16
- B) 8
- C) 32
- D) 4
- E) 64

Questão 23

Devido a um problema no computador usado para criação dos números de inscrição dos candidatos de um concurso, só foram criados números múltiplos de seis, com três algarismos distintos, utilizando apenas os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Determine quantos números de inscrição foram criados com essas características.

- A) 12
- B) 30
- C) 18
- D) 36
- E) 24

Questão 24

Em uma sala estão 60 candidatos de um concurso público, aguardando a distribuição do caderno de questões da prova. Dos 60 candidatos, 24 usam óculos, 33 usam óculos ou são canhotos e, 48 são destros. Um candidato será escolhido ao acaso para verificar que o pacote contendo as provas está lacrado. Considerando que nenhum dos 60 candidatos é ambidestro, determine a probabilidade de ser escolhido um candidato que use óculos e seja canhoto.

- A) 10%
- B) 5%
- C) 2%
- D) 3%
- E) 8%

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 25**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser classificada como:

- A) Nominalista, pactuada, semântica.
- B) Sintética, democrática, cesarista.
- C) Substancial, nominalista, popular.
- D) Dogmática, promulgada, analítica.
- E) Instrumental, dualista, histórica.

Questão 26

A partir do texto expresso da Constituição Brasileira, assinale a alternativa que prevê direito ou garantia fundamental explicitamente conferida aos presos.

- A) Comunicação imediata de sua prisão e do local onde se encontre a Ordem dos Advogados do Brasil ou a Defensoria Pública.
- B) Direito à gratuidade de justiça.
- C) Direito a ser custodiado no Município em que reside.
- D) Direito de permanecer calado.
- E) Garantia de ser mantido em local separado daqueles que estão presos em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado.

Questão 27

Quanto à delegação de competência constitucional, pode-se afirmar:

- A) À União, apesar de possuir algumas competências descritas explicitamente na Constituição da República Federativa do Brasil, são reservadas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.
- B) Pode ser delegada pela União aos Estados a integralidade dos assuntos dentro das matérias delegáveis, revestindo-se, nesse caso, de generalidade do elenco das matérias incluídas na privatividade legislativa da União.
- C) A União pode delegar assuntos de sua competência legislativa privativa aos Estados, desde que seja por lei ordinária, devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- D) Compete aos Estados-membros a organização e a restação do transporte de interesse local ou municipal por delegação da União.
- E) O Município, ao instituir retribuição pecuniária pela ocupação do solo para a prestação de serviço público de telecomunicações, invade a competência legislativa privativa da União.

Questão 28

Sabe-se que a administração pública deve pautar suas ações em estrita observância aos princípios constitucionais da Administração Pública elencados na Magna Carta de 1988. Dentre esses, no âmbito dos concursos públicos, da exigibilidade de licitação e das regras de distribuição de precatórios é correto afirmar que:

- A) O administrador público somente poderá fazer o que não estiver expressamente proibido em lei e nas demais espécies normativas, existindo, pois, incidência de sua vontade subjetiva, pois sem ela não poderia praticar o ato.
- B) Impõe ao agente público um modo de atuar que produz resultados favoráveis à consecução do desejo dos chefes dos Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, sendo esses ditames divorciados dos demais princípios impostos à administração pública, inclusive podendo sobrepor-se ao da legalidade.
- C) O administrador público é um executor do ato que serve de veículo de manifestação da vontade estatal e, portanto, as realizações administrativo-governamentais não são do agente político, mas sim da entidade pública em nome da qual atuou, devendo atender a finalidade administrativa.
- D) O administrador público deve observar a moral comum, entendida como o conjunto de regras tiradas do senso comum, através dos costumes da sociedade.
- E) A publicidade dos atos da administração pública nunca poderá ser excepcionada, para evitar os dissabores existentes em processos arbitrariamente sigilosos, permitindo-se os competentes recursos administrativos e as ações judiciais próprias.

Questão 29

O Estado brasileiro assume a forma federal, com características peculiares que definem seu modelo. Assim, pode-se afirmar que o pacto federativo brasileiro é:

- A) dissolúvel, pois se admite o direito de secessão.
- B) constituído pela união dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- C) tratado no texto Constitucional como cláusula pétrea.
- D) historicamente formado de "fora para dentro".
- E) formado em quatro níveis.

Questão 30

Analisar as proposições que tratam do Poder Legislativo com base no texto da Constituição Brasileira e, após, assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Legislativo Federal é unicameral e exercido pelo Congresso Nacional.
- B) O Poder Legislativo Estadual é unicameral e exercido pela Câmara de Deputados.
- C) O Poder Legislativo Distrital é unicameral e exercido pela Câmara Legislativa.
- D) O Poder Legislativo Estadual é bicameral e exercido pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas Estadual.
- E) O Poder Legislativo Municipal é unicameral e exercido pela Assembleia dos Vereadores.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 31**

A respeito da teoria dos atos administrativos, assinale a resposta correta.

- A) A presunção de legitimidade dos atos do Poder Legislativo impede que o cidadão possa opor-se aos mesmos, por ser absoluta.
- B) A motivação de um ato administrativo deve contemplar a exposição dos motivos de fato, ou seja, a regra de direito habilitante em que o agente se estribou para decidir.
- C) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, dependendo de sua concordância.
- D) Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, o que significa que há presunção relativa de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados pela Administração são verdadeiros.
- E) Todos os atos administrativos são dotados de autoexecutoriedade, independente de previsão expressa em lei.

Questão 32

A Responsabilidade Civil Objetiva do Estado tem como fundamento:

- A) a teoria da causalidade, nos casos em que houver relação de causa e efeito entre a atuação do agente público e o dano.
- B) a teoria do risco integral, decorrente do papel de garantidor exercido pela administração pública.
- C) a teoria do risco administrativo, relacionada com os riscos inerentes à própria atividade da administração pública.
- D) a macroestrutura da administração pública, que impede o administrado de encontrar o verdadeiro causador do dano e, mesmo que pudesse, estaria em situação de hipossuficiência em relação ao ente público.
- E) a teoria do órgão, que informa que o agente público não tem personalidade jurídica para responder pelos prejuízos que causar ao administrado, devendo este propor ação em face do ente e não do agente que compõe o órgão.

Questão 33

Os princípios constitucionais considerados expressos, que se refletem em toda a administração pública direta e indireta e sobre todos aqueles que, de alguma forma, mantêm vínculo com a administração pública, são:

- A) eficiência, publicidade, moralidade, impessoalidade e legalidade.
- B) legalidade, impessoalidade, motivação, eficiência, moralidade e publicidade.
- C) publicidade, moralidade administrativa, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e legalidade.
- D) juridicidade, probidade, modicidade, eficiência e legalidade.
- E) interesse público, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Questão 34

Quanto à anulação e/ou revogação de atos administrativos cujos efeitos reflitam em interesses individuais, é correto afirmar:

- A) Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, e mesmo que de tais atos já tenham decorrido efeitos concretos, seu desfazimento não deve ser precedido de regular processo administrativo.
- B) A jurisprudência do STF assentou que a alteração de ato administrativo cuja edição reflita em interesses individuais deve ser precedida de oitiva do interessado, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- C) O ato administrativo somente pode ser revogado por autoridade que tenha competência prevista em lei para tal, sob pena de nulidade da revogação por vício de finalidade.
- D) A revogação do ato administrativo somente abrange os atos discricionários, enquanto a anulação do ato administrativo abrange somente os atos vinculados.
- E) O ato administrativo precário, quando revogado, depende de processo administrativo para garantir ampla defesa e contraditório.

Questão 35

Leonardo, empregado celetista contratado pelo Município "X", fora demitido sem justa causa, sem o pagamento integral das verbas rescisórias. Insatisfeito com tal medida e não podendo mais esperar, promove medida trabalhista pleiteando o reconhecimento da responsabilidade do primeiro réu, o prefeito, e, subsidiariamente, do citado Município pelos pedidos formulados. Quanto à questão apresentada, pode-se afirmar:

- A) Está correto o reclamante, pois a responsabilidade do prefeito, por ser agente público para todos os fins, é direta e objetiva, enquanto que a responsabilidade do Município é apenas subsidiária.
- B) Não está correto o reclamante, visto que, por ser a teoria do órgão a única existente em nosso sistema jurídico, ele deveria propor a demanda em face do agente público que integra o órgão e que teria praticado o ato de demissão.
- C) Não está correto o reclamante, uma vez que somente o Município deve constar no polo passivo da demanda, face à vigência da teoria do órgão no âmbito do direito administrativo brasileiro.
- D) Não está correto o reclamante, visto que o Município responde solidariamente com o prefeito e não, subsidiariamente, face à vigência da teoria do órgão no âmbito do direito administrativo brasileiro.
- E) Está correto o reclamante, tendo em vista que por questões de ordem trabalhista, o prefeito deve ser responsabilizado pessoalmente, face à natureza da verba ser salarial.

Questão 36

O provimento pelo qual a Administração retorna o aposentado por invalidez ao serviço público, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:

- A) aproveitamento.
- B) recondução.
- C) reintegração.
- D) reversão.
- E) readaptação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Questão 37

Nos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-1973) e em parte dos anos 1980, a burocracia weberiana constituiu-se em modelo de boa parte das administrações públicas dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Não obstante, emergia a necessidade de uma administração pública menos hierárquica e mais flexível, sobretudo no que diz respeito à qualidade do serviço prestado ao cidadão. Dentre as causas desse processo de transição para uma administração pública gerencial, é correto destacar:

- A) as possibilidades insuladas com o advento das tecnologias de informação.
- B) as pressões por menor competitividade devido à globalização.
- C) o enfraquecimento de uma visão liberal de governança pública.
- D) as preocupações deletérias da sociedade com ética, transparência e inimizabilidade dos dirigentes e políticos.
- E) a crise das finanças públicas devido a déficits acumulados e a mudanças demográficas em curso.

Questão 38

A Administração de Desempenho consiste na avaliação de desempenho de indivíduos e times da organização e no encaminhamento de soluções ou recompensas para os resultados detectados. Com relação aos aspectos e ações referentes à avaliação de desempenho, assinale a alternativa correta.

- A) Pactuar resultados a serem atingidos, individualmente, por todos os gerentes, com regras claras sobre punições e eventuais prorrogações.
- B) Implementar programas de ônus por resultados, com explicações claras e critérios bem definidos para a concessão.
- C) Definir e compartilhar objetivos e metas de cada área da organização, de acordo com os planos e orçamentos operacionais.
- D) Alertar, formalmente, profissionais com insuficiência de desempenho não justificada sobre urgências na modificação de condutas.
- E) Cooptar colaboradores para capacitação, se detectadas necessidades de complementação em outras empresas públicas.

Questão 39

As pessoas que trabalham em um ambiente justo costumam alcançar resultados melhores, atingindo melhores metas, quando comparadas com aquelas que convivem em ambientes considerados injustos. Uma das formas de se aproximar de um ambiente justo é a comunicação de mão dupla, que é constituída de três princípios para a percepção de justiça. O princípio que busca assegurar que todos os envolvidos entendam os motivos das decisões finais e o raciocínio que conduziu a elas é denominado:

- A) compartilhamento
- B) engajamento.
- C) expectativa clara.
- D) convencimento.
- E) explanação.

Questão 40

Um quesito de fundamental importância para uma liderança eficaz é o poder, ou seja, a habilidade de influenciar pessoas. Existem várias abordagens sobre as fontes de poder dos líderes nas organizações. A fonte que decorre do fato de que o líder possui certas habilidades e conhecimentos, o que faz com que as pessoas busquem obter vantagens deles, é denominada poder:

- A) de competência.
- B) sobre recompensas.
- C) de coerção.
- D) legítimo.
- E) de referência.

Questão 41

Na Administração de Recursos Humanos, as decisões no processo de seleção referem-se a quais candidatos contratar. Existem vários instrumentos de seleção. O instrumento de seleção que mede a capacidade intelectual, a compreensão verbal e a aptidão numérica é denominado teste de:

- A) personalidade.
- B) proficiência.
- C) desempenho.
- D) aptidão fisiológica.
- E) habilidade cognitiva.

Questão 42

As funções básicas dos gestores públicos e privados são praticamente idênticas. No entanto, os dirigentes das organizações públicas são obrigados a lutar contra limitações que não são encontradas nas atividades comercial e industrial. É possível estabelecer uma série de distinções entre as gestões pública e privada, sob aspectos políticos, econômicos e organizacionais. Assinale a alternativa em que consta uma característica de organização pública sob o aspecto econômico e uma característica de organização privada sob o aspecto político, respectivamente.

- A) maior autonomia gerencial / organização competitiva.
- B) produto em grande parte não mensurável / há autonomia decisória.
- C) gerentes não assumem riscos próprios / orientada para o lucro.
- D) rentabilidade vital para a sobrevivência / gerências mais estáveis.
- E) muito afetada por forças externas / orientada para o bem-estar social.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA**Questão 43**

A Arquivologia como ciência possui princípios que orientam seus trabalhos e estudos. O princípio da proveniência estabelece que os fundos:

- A) conservam seu caráter único em função do contexto em que foram produzidos.
- B) constituem uma formação progressiva e natural, decorrente das funções de um organismo.
- C) são organizados pela origem dos arquivos e ficam custodiados em seu território de produção.
- D) mostram a estrutura e as funções da entidade, em suas relações internas e externas.
- E) devem ser preservados sem dispersão, alienação, destruição ou acréscimos indevidos.

Questão 44

A gestão de documentos tem por objetivo garantir, de maneira eficaz, a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos de forma racional e econômica. A fase básica desse conjunto de procedimentos – a qual inclui as atividades de protocolo e de elaboração de normas de acesso à documentação – denomina-se:

- A) identificação.
- B) avaliação.
- C) utilização.
- D) classificação.
- E) descrição.

Questão 45

No protocolo – numa empresa, serviço responsável pelas atividades de controle da documentação –, a rotina de encaminhar os documentos aos respectivos destinos, de acordo com despacho de autoridade competente, está relacionada ao setor de:

- A) autuação e custódia.
- B) recebimento e classificação.
- C) análise e distribuição.
- D) circulação e arquivamento.
- E) registro e movimentação.

Questão 46

No âmbito da preservação e conservação, os documentos devem ser armazenados em local apropriado e acondicionados de maneira adequada. Nesse contexto, analise os itens abaixo.

- I. O método de combate aos insetos mais eficiente é a encapsulação. Nesse processo, a substância química a ser empregada passa por testes de garantia da integridade do papel.
- II. A umidade é um fator que propicia o desenvolvimento de mofo. O índice de umidade ideal nas áreas de armazenamento dos documentos deve permanecer entre 21% e 26%.
- III. O alisamento consiste em colocar os documentos em bandejas de aço inoxidável, expondo-os à ação do ar com forte percentagem de umidade.
- IV. O local de acondicionamento de fotografias coloridas deve apresentar condições climáticas adequadas, com temperatura ambiente de 16 °C, com margem para mais ou menos 1 °C.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A) II, III e IV
- B) I
- C) I, II e IV
- D) III
- E) II

Questão 47

Considere que determinado arquivo corrente da Polícia Rodoviária Federal adota o método de arquivamento alfabético. Ocorre que, na ordenação dos nomes, o responsável pelo arquivo identificou quatro pessoas com sobrenome Silva, João Silva, J. Silva, José Silva e Jair Silva. No mesmo arquivo havia mais duas pessoas: Carlos d'Araújo e Ivan de Arruda. Além disso, foram identificadas pessoas que possuíam titulações cujos sobrenomes exprimiam grau de parentesco, como General Ari Araújo Neto e Coronel Ivo Costa Filho. Havia, também, três nomes orientais – Ken Takada, Li Suzuki e Aiko Kobashi e três nomes espanhóis – Juan Rios Escobar, Pablo Perez Rojas e Roger Mejia Ruiz.

Conforme as regras de alfabetização, para arquivamento de documentos cujo principal elemento seja o nome, é correto afirmar:

- A) Os nomes orientais são registrados pelo sobrenome. Assim, primeiro virá Kobashi, Aiko; segundo, Suzuki, Li e, depois, Takada, Ken.
- B) Entre as pessoas cujos sobrenomes exprimem grau de parentesco, primeiro virá o Coronel Ivo Costa Filho e depois o General Ari Araújo Neto.
- C) Na ordenação dos nomes espanhóis, primeiro virá Juan Rios Escobar, em segundo Pablo Perez Rojas e, em terceiro, Roger Mejia Ruiz.
- D) No arquivo, primeiro virá Ivan de Arruda e depois Carlos d'Araújo, pois preposições como o d' são consideradas parte integrante do sobrenome.
- E) Na ordenação das pessoas com sobrenome Silva, o primeiro será J. Silva; o segundo, Jair Silva; o terceiro, João Silva e o último José Silva.

Questão 48

Ata de reunião, edital de licitação, relatório de viagem, contrato de trabalho e relatório de auditoria são definidos segundo uma determinada categorização de documentos arquivísticos. Assinale a opção que melhor define essa categorização.

- A) Estruturação física que as espécies documentais assumem segundo o seu suporte informacional.
- B) Representação dos formatos documentais segundo o conteúdo e a apresentação das informações.
- C) Configuração que assume um documento segundo a natureza dos assuntos nele registrados.
- D) Estruturação formal dos documentos de acordo com a disposição da informação neles contida.
- E) Configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questão 49**

Análise as seguintes sentenças:

- I. Os algoritmos de função hash, quando utilizados, garantem o princípio da disponibilidade.
- II. O phishing é um tipo de ataque de rede que tem como objetivo estabelecer uma conexão com um usuário desconhecido que se faz passar por outro usuário legítimo.
- III. Um firewall pode ser encontrado na forma de hardware ou software.

É(são) verdadeira(s) apenas:

- A) II e III
- B) II
- C) III
- D) I
- E) I e III

Questão 50

Alguns termos relacionados com conceitos básicos, ferramentas e aplicativos associados à Internet estão disponibilizados na Coluna I. Estabeleça a correta correspondência com os seus significados, disponibilizados na Coluna II.

Coluna I

1. Mashup
2. Widget
3. RSS
4. Flickr
5. Google SketchUp

Coluna II

- () Ambiente para hospedagem e compartilhamento de imagens fotográficas.
- () Programa autônomo que pode ser embutido em páginas web, blogs, perfis em redes sociais e desktop.
- () Website ou aplicação combinando o conteúdo de mais de uma fonte em uma experiência integrada como, por exemplo, mapas, imagens de satélite, relógios etc.
- () Permite o gerenciamento de conteúdo, levando ao usuário o conteúdo atualizado de um site de interesse.
- () Ambiente para construir modelos tridimensionais.

A sequência correta é:

- A) 3, 5, 2, 1 e 4.
- B) 4, 1, 2, 3 e 5.
- C) 4, 2, 1, 3 e 5.
- D) 5, 1, 2, 3 e 4.
- E) 5, 2, 1, 3 e 4.

Questão 51

O Youtube e o LinkedIn são, respectivamente, exemplos característicos de:

- A) site de compartilhamento de vídeo e rede social.
- B) portal móvel e correio eletrônico.
- C) rede social e intranet.
- D) podcast e webmail.
- E) portal de voz e portal de comércio eletrônico.

Questão 52

Considere uma planilha eletrônica com os seguintes valores em suas células:

	A	B	C	D	E	F	G
1		2	3	4	5		=B\$1&C1
2		3	4	5	6		
3		4	5	6	7		

Após executar a fórmula contida na célula G1 (=B\$1&C1) e arrastá-la até a célula G3 pela alça de preenchimento, os valores de G1, G2 e G3 serão, respectivamente:

- A) todas as três células preenchidas com #NOME?
- B) 23, 24 e 25
- C) 23, 23 e 23
- D) todas as três células preenchidas com #NULO!
- E) todas as três células preenchidas com #REF!

Questão 53

Na rede social Facebook, o recurso utilizado por pessoas públicas e entidades para divulgação de uma empresa, marca ou serviço, é conhecido como:

- A) computação na nuvem.
- B) perfil.
- C) fanpage.
- D) linha do tempo.
- E) software como um serviço.

Questão 54

As medidas de segurança da informação envolvem três tipos de defesas, que são organizadas em camadas: a segurança de perímetro, a autenticação e a autorização. É uma medida de segurança apropriada para a camada de autorização:

- A) Rede Privada Virtual (VPN).
- B) Controle de acesso baseado em regras
- C) Infraestrutura de Chave Pública (PKI).
- D) Tokens.
- E) Biometria.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À PRF**Questão 55**

Considerando que o Decreto nº 1.655/1995 confere, em seu art. 1º, V, poder de investigação à Polícia Rodoviária Federal, assinale, entre as alternativas abaixo arroladas, a única resposta correta.

- A) Os agentes da Polícia Rodoviária Federal têm por atribuição a investigação de todos os crimes ocorridos em rodovias federais, sejam comuns ou militares.
- B) O referido dispositivo foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, sendo certo que, após manifestação da Advocacia-Geral da União por sua constitucionalidade, o tema continua aguardando julgamento.
- C) Caso chegue ao conhecimento de um agente da Polícia Rodoviária Federal o teor de determinada notícia-crime, sua obrigação é prosseguir com a colheita de provas, oferecendo, em seguida, denúncia ao Ministério Público.
- D) Em sua atribuição investigativa, a Polícia Rodoviária Federal poderá requisitar perícias e instaurar inquéritos policiais, bem como lavrar autos de prisão em flagrante delito.
- E) A atividade de investigação é atribuição exclusiva das Polícias Cíveis dos Estados e da Polícia Federal, bem como do Ministério Público, o que impede que peças de informação produzidas por outros órgãos sejam aproveitadas em ações penais.

Questão 56

O Decreto nº 6.061/2007 veio a lume para aprovar a estrutura regimental do Ministério da Justiça, bem como para disciplinar seus cargos em comissão e funções gratificadas, dando ainda outras providências. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) o art. 37 do Decreto nº 6.061/2007, que se insere no Capítulo III, denominado "Das Competências dos Órgãos", não enumera as diversas atividades exercidas pela Polícia Rodoviária Federal, bastando-se na remissão ao artigo 20 da Lei nº 9.503, de 1997 e ao Decreto nº 1.655, de 1995.
- B) entre as atribuições estabelecidas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, encontram-se as de dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de segurança de Chefe de Missão Diplomática acreditado junto ao governo brasileiro e de outros dignitários estrangeiros em visita ao País, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, com autorização do Ministro de Estado da Justiça.
- C) houve revogação tácita do Decreto nº 5.834/2006, que disciplinava de modo diverso os mesmos temas atinentes à estrutura organizacional de que trata o citado decreto.
- D) no Anexo II do referido Decreto, com redação dada pelo Decreto nº 7.538, de 2011, foram mantidos, na estrutura da Polícia Rodoviária Federal, apenas os cargos em comissão ou funções gratificadas vinculados ao Gabinete, ou seja, as funções de Diretor-Geral, Assistente, Chefe e Assessor Técnico, restando extintas as demais hipóteses comissionadas e gratificações.
- E) o Departamento de Polícia Rodoviária Federal é posicionado normativamente como órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, possuindo, entre suas diretorias, a de Investigação e Combate ao Crime Organizado.

Questão 57

Dagoberto, policial rodoviário federal lotado no Estado de Goiás, ao participar de operação em rodovia federal destinada ao combate do tráfico de animais silvestres, ordena a parada de um caminhão transportador de carga superdimensionada, que transitava pela via escoltado por empresa particular. Após verificação sobre a regularidade do serviço de escolta, percebe-se que a empresa não é credenciada junto à Polícia Rodoviária Federal. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) a atuação do policial rodoviário federal foi irregular, já que não é permitido à Polícia Rodoviária Federal atuar no combate a crimes ambientais, atividade privativa do IBAMA e dos órgãos estaduais de fiscalização ambiental, sendo certo, ainda, que não há qualquer irregularidade no serviço prestado pela empresa, uma vez que o referido credenciamento deixou de ser atribuição da Polícia Rodoviária Federal.
- B) a operação policial foi corretamente concebida, já que o combate a crimes ambientais se insere na esfera de atribuições da Polícia Rodoviária Federal, e ainda há irregularidade na atuação da empresa particular, em virtude da ausência de credenciamento.
- C) a atuação do policial rodoviário federal foi irregular, já que não é permitido à Polícia Rodoviária Federal atuar no combate a crimes ambientais, atividade privativa do IBAMA e dos órgãos estaduais de fiscalização ambiental, embora também seja verificada irregularidade na atuação da empresa particular, em virtude da ausência de credenciamento.
- D) não há qualquer irregularidade no serviço prestado pela empresa, uma vez que o referido credenciamento deixou de ser atribuição da Polícia Rodoviária Federal, sendo certo, ainda, que a operação policial foi corretamente concebida, já que o combate a crimes ambientais se insere na esfera de atribuições do órgão.
- E) a atuação do policial rodoviário federal foi irregular, já que não é permitido à Polícia Rodoviária Federal atuar no combate a crimes ambientais, atividade privativa do IBAMA, embora também seja verificada irregularidade na atuação da empresa particular, em virtude da ausência de credenciamento.

Questão 58

Assinale a opção correta no que concerne à segurança pública e à polícia ostensiva, de acordo com o artigo 144 da CRFB/1988.

- A) A CRFB/1988 estabelece que o patrulhamento ostensivo das rodovias federais é de competência concorrente dos Departamentos de Trânsito e da Polícia Rodoviária Federal.
- B) A segurança pública é dever da União, tendo como objetivo primordial a preservação da ordem pública e da incolumidade pessoal e patrimonial.
- C) O artigo 144 da CRFB/1988 apresenta rol exemplificativo de órgãos responsáveis pela segurança pública, permitindo a inclusão de outros órgãos pelos entes federativos, conforme o interesse público e a discricionariedade administrativa.
- D) A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se exclusivamente, na forma da lei, ao patrulhamento repressivo nas rodovias federais.
- E) A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e do Distrito Federal, através de suas respectivas secretarias; já a Polícia Rodoviária Federal, diretamente ao Ministério da Justiça, órgão da União.

Questão 59

O artigo 144 da CRFB/1988, ao tratar da ordem pública, estabelece sua preservação como um dos deveres da Polícia Rodoviária Federal. Assim, é correto afirmar que:

- A) às polícias incumbe a preservação da ordem pública em geral, ao passo que a incolumidade de pessoas e do patrimônio é atribuição conferida aos Corpos de Bombeiros Militares.
- B) ordem pública, incolumidade pessoal e incolumidade patrimonial são conceitos que não se confundem, sendo certo que à Polícia Rodoviária Federal, bem como a outros órgãos, incumbirá a preservação de todos eles, restando reservada aos Municípios a possibilidade de criação de guardas municipais para proteção de seus bens, serviços e instalações.
- C) além das polícias, estabelece expressamente o art. 144 da Constituição Federal que os Municípios poderão cuidar de forma suplementar da preservação da ordem pública, exigindo-se a criação de Secretarias de Ordem Pública (SEOP).
- D) cabe à Polícia Rodoviária Federal, assim como a outros órgãos, a preservação da ordem pública, bem como da incolumidade de pessoas e do patrimônio, não havendo menção no art. 144 da Constituição Federal a órgãos municipais.
- E) incumbindo a órgãos federais, estaduais e municipais a preservação da ordem pública, em virtude da hierarquização entre os entes federativos, os órgãos federais dirigirão a atividade dos demais, que atuarão subsidiariamente.

Questão 60

Compete à Polícia Rodoviária Federal, consoante o Código de Trânsito Brasileiro:

- A) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais;
- B) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União, Estados e Distrito Federal, bem como o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.
- C) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar investigação, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio dos entes federativos em geral e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.
- D) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais; executar a fiscalização de trânsito, quando e conforme convênio firmado, como agente do órgão ou entidade executivos de trânsito ou executivos rodoviários, concomitantemente com os demais agentes credenciados.
- E) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições; realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros; fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.